

## **AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL**

### **SENADO FEDERAL**

#### **Plenário – 22 a 24/02 – Sessão deliberativa**

Os senadores deliberam em Plenário nesta terça-feira (22), a partir das 16h, sobre o projeto que cria a Política Educacional Emergencial (Pede), a ser executada nos anos finais do ensino fundamental e médio nas escolas públicas.

Consta também da pauta do Plenário o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/2015, que prevê um sistema de protocolo integrado válido em todo o país para a entrega de originais de documentos físicos juntados a processos judiciais. O objetivo seria facilitar o cumprimento de prazos pela Justiça.

Ainda na área judicial, os senadores deverão deliberar sobre o PL 4.041/2021, da Defensoria Pública da União, que transforma 21 cargos de defensor público federal de 2ª categoria em 18 cargos de defensor público da 1ª categoria.

Outro item de pauta do Plenário é o PL 5.106/2019 que institui documento de identidade próprio às categorias que trabalham em cartórios, como notários, registradores e escreventes.

Por fim, fecha a pauta do Plenário o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 827/2021 para aprovação de texto da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda da referida Convenção, ocorrida em 2005, em Viena. A relatoria é do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Na quarta-feira (23), constam dois projetos (PLP 11/2020 e PL 1.472/2021) com objetivo de estabilizar os preços e conter a alta dos combustíveis. O relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), sugere a criação de uma Conta de Estabilização de Preços, administrada pelo

governo e abastecida com um novo imposto sobre a exportação do petróleo bruto. Ele também sugere novas regras para a cobrança de ICMS sobre os combustíveis.

Também estão na pauta do Plenário o sistema integrado de ações judiciais (PLC 56/2015) e mutirões terapêuticos para pessoas com deficiência (PL 2.868/2019).

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Reforma tributária: O parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição da reforma Tributária (PEC 110/2019) será lido na Comissão de Comissão e Justiça (CCJ), na próxima quarta-feira (23), de acordo com o relator da matéria, senador Roberto Rocha (PSDB-MA). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que "aprovada na CCJ, a PEC será pautada no Plenário"

## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **Plenário – 22 a 24/02 – Sessão deliberativa**

Na pauta da semana, consta a MP 1072/2021, que trata do mercado de títulos e valores imobiliários. Entre os projetos pautados, destacam-se o PL 1613/2021, que trata dos processos de incorporação de tecnologias no SUS); e o PL 442/1991, que trata da regulamentação dos jogos de azar.

Vale ressaltar que na semana passada, 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), informou que foi adiada para esta semana a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei 2630/20, que criminaliza a divulgação de informação falsa ou incompleta na internet, as chamadas fake news.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

**GT do estatuto da vítima – 23/02, às 15h**

Audiência Pública sobre Direito à assistência e ao tratamento individual e não discriminatório; Direito de assistência por profissionais das áreas de saúde e de assistência social; Atendimento individual, sendo vedada a prática de quaisquer atos que importem em violação a sua dignidade; Direito ao ressarcimento de despesas, à indenização e a restituição de bens; Reembolso das despesas efetuadas em resultado dessa participação em procedimentos ou processos criminais; Direito a obter uma indenização relativa à indenização por danos materiais, morais e psicológicos causados por parte do agente do crime por ocasião da prolação de sentença condenatória.

Para acessar o plano de trabalho do relator, [clique aqui](#).

Coordenador: Tia Eron (REPUBLICANOS/BA)

Relator: Gilberto Nascimento (PSC/SP)